

RESENHA CRÍTICA DO LIVRO “O ESTADO E A REVOLUÇÃO”, DEVLADIMIR LENIN

Caio Augusto¹

Dafne Gomes²

1. AS CLASSES SOCIAIS E O ESTADO

1.1 O Estado é um produto do antagonismo inconciliável de classes

O livro, inicialmente, trata sobre a perseguição sempre sofrida pelos revolucionários, onde suas doutrinas são constantemente atacadas e mentiras e difamações espalhadas à seu respeito por parte da classe dominante. Existe então, após a morte desses revolucionários uma tentativa de convertê-los em o que o livro vai chamar de ídolos inofensivos, uma maneira de manter a classe oprimida distante do cerne de seus ensinamentos, daquilo que era a alma de suas revoluções, e colocando em evidência apenas aquilo que a burguesia considerava aceitável. O texto então vai tentar restabelecer a doutrina de Marx sobre o Estado frente à expansão de um “marxismo deformado” trazendo citações de Marx e Engels.

A obra começa com o livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” do Engels, da sexta edição de 1894. Tal obra vai apresentar que o Estado não é uma força externa imposta à sociedade, mas sim um produto de uma fase de seu desenvolvimento, onde para que as classes antagônicas, de interesses econômicos contrários, não se destruíssem, tornou-se necessário a criação de algo que está acima da mesma e se distancia cada vez mais dela, a fim de conciliar esses conflitos. *O Estado é o produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes*(ENGELS, 1894). Ele surge na medida em que esses antagonismos vão se tornando inconciliáveis, e reciprocamente a existência do Estado prova que tais conflitos não podem ser conciliados. É desse ponto fundamental que a difamação começa em duas frentes.

Os ideólogos da pequena burguesia corrigem Marx, dizendo que ele acredita no Estado sendo um órgão que seria capaz de conciliar os conflitos entre as classes, entretanto, Marx e Engels deixaram claro que se houvesse qualquer possibilidade de se conciliar esses conflitos o Estado não deveria existir, e que este seria um instrumento de dominação de uma classe por outra, é uma criação de uma ordem que legalize e consolide essa submissão. Para a pequena burguesia, socialistas-revolucionários e mencheviques da revolução de 1917, essa ordem seria conciliar conflito.

¹Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

²Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em seu livro, Engels ainda irá dizer que esses dois últimos grupos não seriam socialistas, mas sim democratas de “fraseologia” aproximadamente socialista, pois esses não deixam claro que o Estado seria aquele produto já apresentado acima e nem que a libertação da classe oprimida só viria através de uma revolução violenta e da extinção do aparelho governamental da classe dominadora.

1.2 Força armada separada, prisões e etc.

Ao entrar no uso da força, Engels contraria o antigo ordenamento por clãs/famílias ao afirmar que *o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território*(ENGELS,1894). A segunda característica seria que o Estado já não corresponde diretamente ao povo e se organiza com força armada, compreendendo não apenas homens armados mas também prisões e instituições que o clã não presenciou. Engels vai chamar a atenção dos trabalhadores para aquilo que a burguesia considera como menos importante, digno, engessado por preconceitos.

A necessidade de corpos armados surgiu quando a vida em sociedade se tornou muito complexa, existindo os conflitos irreconciliáveis entre as classes. Percebeu então que a cada revolução, ficava mais claro que a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu benefício, dos corpos armados e como a classe oprimida se empenha em recriar a mesma organização apenas trocando o lugar dos exploradores pelos explorados e vice versa. O poder público às vezes é fraco porém em geral se reforça à medida que os conflitos entre classes se agravam e que os estados se tornam mais fortes e populosos.

1.3 O Estado, instrumento de exploração da classe oprimida

Para mantê-lo acima da sociedade são necessários uma dívida pública e que os funcionários detenham a função de cobrar impostos. Voltando para a comparação com o antigo ordenamento de famílias, o autor vai destacar que a apenas o respeito livre e voluntário, que era a base desse tipo de organização, não seria suficiente atualmente, pois o mais baixo agente policial teria mais autoridade que o representante do clã. Entretanto ele não deixa de comentar que o mais alto chefe militar poderia invejar tal representante visto que este não necessita do uso de armas para ter tal respeito.

Como o Estado nasce desse antagonismo de classes, o Estado é sempre o Estado da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente

dominante, inovando nas formas de oprimir e explorar a classe dominada. *O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado do capital.* A onipotência da “riqueza” é melhor assegurada em uma república democrática quando esta tem uma crosta gorda do capitalismo.

Para isso o capital depois de apoderado dessa crosta ideal firmou seu poder de maneira tão sólida que nenhuma mudança pessoal, de instituição ou partido na república democrática burguesa é capaz de abalar esse poder. O autor ainda salienta a definição que Engels tem de sufrágio universal como sendo um instrumento de dominação da burguesia, o indício da (falta de) maturidade da classe.

Os democratas pequeno-burgueses, os sociais-patriotas e oportunistas partilham do que eles chamam de falsa concepção do que o sufrágio universal no Estado atual é capaz de manifestar e impor a vontade da maioria dos trabalhadores, sendo clara a distorção do discurso de Engels. Lenin vai trazer um trecho do livro mais conhecido de Friedrich, onde o mesmo expõe a existência de classes, que criaram o Estado, deixou de ser só uma necessidade, como também se tornou um obstáculo à produção. Então ele afirma que o desaparecimento dessas classes será inevitável, levando junto com ele o Estado. Em suas palavras, “a sociedade reorganizando a produção sobre a base da associação livre e legal a todos os produtores, enviará a máquina governamental para o lugar que lhe convém: o museu de antiguidades ao lado da roda de fiar e o machado de bronze” (ENGELS, 1984).

1.4 “Definhamento” do Estado e a revolução violenta

As palavras de Engels sobre o “definhamento” do Estado são tão frequentemente citadas que é possível enxergar com clareza a falsificação oportunista do marxismo, onde por meio de uma longa citação que Lenin faz do Engels percebe-se que há uma tentativa de fazer parecer com que essa extinção do Estado se dá de maneira lenta, progressiva, sem sobressaltos e sem revolução, o que já vimos que para o marxismo seria impossível. Esse comentário seria uma grosseira deformação do marxismo em proveito exclusiva da burguesia omitindo circunstâncias e considerações dadas por Engels na conclusão.

Estas que o autor vai redigir, sendo cinco: a primeira sendo que Engels fala da “abolição” do Estado burguês por uma revolução proletária ao passo que sobre o definhamento e a “morte” do Estado seriam aos vestígios do Estado proletário que viria após a revolução socialista. De acordo com ele, o Estado burguês não “morre” é aniquilado pela revolução, o que morre depois dessa revolução é o Estado proletário; a segunda é a afirmação

que o Estado é uma força especial de repressão do proletariado pela burguesia deve ser substituída por uma força especial de repressão da burguesia pelo proletariado, a famosa ditadura do proletariado; já a terceira alerta sobre esse “definhamento” ser claramente após a revolução socialista. O Estado sendo formado por uma democracia, logo quando o Estado desaparece, logo a democracia desaparece junto. A democracia só pode definhar; em quarto mostra-se que esquecem-se que Engels não se dirigia apenas aos anarquistas e que aqueles que se lembram, em sua maioria, não sabem os conceitos que Engels utilizou, como por exemplo, “O Estado livre do povo”, adulterando assim a doutrina revolucionária, transformando-a em banalidade; e por último, Lenin elenca a definição de revolução violenta e o papel que ela tem de apologia à revolução para Engels, e como está intimamente ligada a ideia de “definhamento” do Estado. A doutrina de Engels e Marx discute sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês e que este só cederá o lugar para uma ditadura do proletariado por meio de uma revolução violenta e não por um “definhamento”.

2. A EXPERIÊNCIA DE 1848-1851

2.1. Às vésperas da revolução

Lenin vai analisar o que Marx e Engels dizem sobre o Estado pelas primeiras obras do marxismo adulto: *A Miséria da Filosofia* e o *Manifesto Comunista*. Neste primeiro Marx escreveu que a classe trabalhadora, em algum ponto de seu desenvolvimento, criará uma associação onde não existirão mais classes, acabando assim como o antagonismo entre elas e o poder político em si que esse confronto gera. Já o segundo vai falar especificamente da ditadura do proletariado. “O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante”. Essa concepção de Estado foi totalmente esquecida, visto que é incompatível com o reformismo, preconceitos oportunistas e ilusões burguesas sobre um “desenvolvimento pacífico democrático”. Após essa revolução violenta o Estado sendo o proletariado organizado como classe dominante, estes estariam subjugando a burguesia.

2.2. A experiência de uma revolução

Estudando os resultados da revolução de 1848-1851 podemos ver uma evolução desde o Manifesto, onde a questão do Estado ainda era tratada de forma muito abstrata. Ela passa a ser exposta de forma concreta e bem definida: todas as revoluções anteriores nada fizeram além de aprimorar a máquina governamental quando na realidade era necessário quebrá-la. O Manifesto Comunista coloca o Estado como órgão de dominação da classe dominante e que este depois da revolução seria inútil e impossível.

O poder centralizado veio da queda do absolutismo, apoiado na burocracia e no exército permanente e Marx fala da ligação deste com a burguesia. Salientando que por experiências os trabalhadores já conhecem e compreendem essa ligação. A burocracia e o militarismo vão ser colocados como “parasitas” da sociedade burguesa e Kautsky vai considerar a teoria do Estado Parasitário como sendo próprio do anarquismo. Esses dois pilares sendo aperfeiçoados e consolidados através das revoluções burguesas desde o fim do feudalismo. O imperialismo traz a consolidação da máquina governamental, o aumento do aparelho administrativo e militar ao mesmo tempo que a pressão contra o proletariado aumenta, tanto nos países monárquicos como nos países republicanos

2.3 Como Marx punha a questão em 1852

A doutrina da luta de classes foi concebida não por Marx mas pela burguesia antes dele. Limitar o marxismo a luta de classes seria reduzi-lo ao que é aceitável pela burguesia. Só seria um verdadeiro marxista quem estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado.

A doutrina de Marx ainda salienta que compreender a ditadura de uma classe é necessária para todo o período histórico que separa o capitalismo das “sociedades sem classes” do comunismo, visto que de uma forma ou de outra todos esses Estados se reduzem à ditadura burguesa. Para mudar isso só existe uma solução: a ditadura do proletariado.

3. O ESTADO E REVOLUÇÃO. A EXPERIÊNCIA DA COMUNA DE PARIS (1871). ANÁLISE DE MARX

3.1 Onde reside o heroísmo da tentativa dos comunardos

Meses antes da Comuna de Paris, em 1870, Marx era contra uma tentativa de derrubado do governo na ocasião, em 1871, quando a luta foi “imposta” aos trabalhadores Marx apoiou a revolução proletária. Ainda que o movimento tenha falhado, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância para entender as lições táticas e submeter à prova sua teoria. A única “correção” de Marx ao Manifesto Comunista foi em 1872 quando ele e Engels disseram que o manifesto estava ultrapassado em alguns pontos. *A Comuna, especialmente, demonstrou que “não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins”* (MARX e ENGELS, 1872).

O autor então vai mostrar que é está mais uma deturpação, tentando dizer que a ideia de Marx seria um desenvolvimento lento frente à conquista do poder sendo a verdade do contrário, para Marx devemos quebrar a máquina do Estado não se limitando apenas a tomá-la. Ele também vai chamar a atenção para a observação de Marx que a destruição da máquina burocrática e militar é uma condição prévia para uma revolução verdadeiramente popular e que ele media com rigor as relações de forças sociais do Estado da Europa em 1871, mas que por outro lado constatou que camponeses e operários seriam igualmente interessados em quebrar a máquina do Estado e em se juntarem para suprir o “parasita” por algo novo.

3.2 Por que deve ser substituída a máquina do Estado, depois de quebrada?

No Manifesto Comunista a resposta ainda era abstrata, Marx esperava a experiência de um movimento de massas para saber de forma concreta como seria essa organização de proletariado em classes dominante. Depois da revolução de 1848-49 o poder do Estado tornou-se o principal instrumento nacional da Guerra do Capital contra o trabalho, já consolidado pelo segundo Império.

O primeiro decreto da Comuna foi a substituição do exército permanente pelo povo armado, mas pela falta de adesão ela se conteve apenas pela supressão do exército permanente, elegibilidade e a amovibilidade dos funcionários. Para a Comuna, era necessária a derrota da burguesia e a sua falha nesse aspecto foi uma das razões para sua derrota. Entretanto para essa o órgão de repressão era da maioria e não mais das minorias, começando assim o definhamento do Estado. As instituições especiais de uma minoria dão lugar à a

maioria assumindo o poder político, e quanto mais o próprio povo assumir tais posições, menos haverá a necessidade de senti-lo.

Um dos oportunistas moderno, ex-social-democrata, Eduardo Bernstein, não compreendeu que não há como passar do capitalismo ao socialismo sem regredir ao democratismo “primitivo”, não percebendo também que esse democratismo na base da civilização capitalista se difere do democratismo primitivo das épocas pré-capitalistas.

3.3 Supressão do Parlamento

Ministros e parlamentares renegados do proletariado e socialistas concederam aos anarquistas o monopólio da crítica do parlamentarismo e classificaram todas as críticas como “anarquistas”. Marx soube ao mesmo tempo romper terminantemente com o anarquismo e fazer uma verdadeiramente revolucionária e proletária do parlamentarismo. A Comuna deveria ser uma assembleia não parlamentar, mas trabalhadora e ao mesmo tempo legislativa e executiva. Repara-se que todo país parlamentar a tarefa governamental é feita por ministros, secretarias, nos bastidores sendo o parlamento apenas seria uma cena para enganar a plebe. As instituições representativas são mantidas, mas já não como sistema especial.

O socialismo simplifica as funções da administração do Estado, aniquila a hierarquia, organizando uma sociedade sem classe dominante. Toda a vida econômica seria organizada onde todos os funcionários receberão um vencimento que não ultrapassará o salário dos operários, sob o controle do proletariado armado. Aniquilará o parlamentarismo, porém mantendo as instituições representativas, só que agora a favor das classes trabalhadoras.

3.4 Organização da unidade nacional

Marx é um centralista e não se encontra em nenhum momento qualquer sinal de infidelidade. Apenas pessoas com uma “fé supersticiosa” no Estado que podem entender a destruição da máquina burguesa como sendo o mesmo que a destruição do centralismo. Marx ainda acentua que seria um crime acusar a Comuna de querer destruir a unidade nacional e suprir o poder central. Ele ainda usa a expressão: “organizar a unidade da nação”, para distanciar do centralismo do proletário, democrático, ao centralismo burguês, militar e burocrático.

3.5 Destruição do Estado Parasita

Marx já analisou essa situação anteriormente e já foi comentado nesse livro então o autor traz apenas mais algumas citações, concluindo que o Estado está condenado ao desaparecimento, e que a forma transitória seria o proletariado organizado como classe dominante, e o caminho é a destruição da máquina de governo burguesa. A Comuna vai ser a primeira tentativa de revolução do proletariado a tentar destruir a máquina do Estado burguesa, que deve ser substituído o que foi demolido.

4. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES DE ENGELS

4.1 O problema da habitação

No seu livro “Problema da Habitação” de 1872, baseado na experiência da Comuna, explica as semelhanças entre o Estado do proletariado e o Estado atual e também suas diferenças o que indicam passagem para a supressão do Estado.

Engels vai dizer que para resolver esse problema será necessário mais que lugar e tempo, mas também a supressão do antagonismo entre campo e cidade. E ainda vai lembrar que nas grandes cidades existem habitações suficientes para todos se usados racionalmente. Com o poder público conquistado essa medida de redistribuição seria feita por meio de expropriações e sequestro de imóveis.

4.2 Polêmica com os anarquistas

Marx é contra os operários abrirem mão do uso de armas, de usar a força para quebrar a resistência da burguesia. Engels vai ser mais popular, porém mantém a mesma ideia, ridicularizando os anarquistas por serem contra qualquer tipo de autoridade e achar que aparelhos complicados funcionam sem uma ordem de comando. Entrando na questão do Estado, Engels vai tratar a ideia de Estado dos anarquistas como confusa e desprovida de alcance revolucionário. Ele vai aproveitar a experiência das revoluções proletárias anteriores para estudar que medidas que o proletariado deve tomar frente aos Bancos e ao Estado.

4.3 Carta a Bebel

Lenin vai apresentar uma das mais notáveis passagens de Marx e Engels sobre o Estado: a carta a Bebel. Nele Engels vai falar de um Estado livre, despótico e vai refazer a crítica ao anarquismo. Bebel o respondeu em setembro de 1875, dizendo concordar com ele sobre o programa de partido criticado por Marx em maio. Se lermos “Os Nossos Objetivos” encontraremos visões equivocadas ao se tratar do Estado, não trazendo surpresas ao ver a democracia alemã em repisar considerações oportunistas, fazendo com que os socialdemocratas desaprendessem a revolução.

4.4 Crítica do projeto do programa de Erfurt

Engels enviou a crítica a Kautsky em junho de 1891 e é consagrada por criticar as ideias oportunistas da social-democracia em relação ao Estado. Na carta Engels, quanto a questão econômica indica que se *passarmos aos trustes que comandam e monopolizam ramos inteiro da indústria, veremos cessar não só a produção privada como ainda a ausência de plano*(ENGELS, 1901-1902).

De volta questão do Estado, Engels foca sua crítica à República: ao oportunismo da II Internacional e a constituição alemã, que ele chama de cópia da constituição ultrarreacionária de 1850. Engels repete a ideia fundamental das obras de Marx: a República democrática é uma etapa de um desenvolvimento que irá convergir na ditadura do proletariado, ele vai defender a centralização democrática, a República una e indivisível. Para Engels a centralização não exclui a autonomia local se os comunas e as regiões mantenham por própria vontade a unidade do Estado. O máximo de liberdade local foi dada não pela república federativa, mas pela centralizada.

4.5 O prefácio de 1891 à *Guerra Civil* de Marx

O prefácio à terceira edição da *Guerra Civil* de 1891 é um resumo das lições da Comuna, e foi baseado em experiências históricas a partir dessa. É contra a crença espalhada na Alemanha e pode ser considerado o último pronunciamento sobre o assunto.

Em 1891, Engels sublinha que a interpretação da sua fala: “Religião é questão privada, pois a religião é privada em relação ao Estado”. Para aniquilá-lo é preciso transformar as funções do Estado em funções de fiscalização simples que esteja ao alcance do povo. Para finalizar o tópico, o autor traz duas observações de Engels; A primeira ele comenta

que a forma de opressão e luta de classes mais ampla e livre facilitará o proletariado a extinguir as classes em geral; a segunda é saber que apenas uma nova geração poderá desligar o aparelho governamental se liga a eliminação da democracia atual.

4.6 A eliminação da democracia segundo Engels

O objetivo de Engels é supressão do Estado, ou seja, o fim da violência organizada e sistematizada e coação a homens em geral. Ele repete que a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado também é o definhamento da democracia. A democracia não se identifica com a submissão da minoria à maioria. Sua aspiração ao socialismo será que ele tome a forma do comunismo e logo que a necessidade de recorrer à violência contra homens, a submissão de um homem a outro, sem constrangimento e subordinação.

5. CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO DEFINHAMENTO DO ESTADO

5.1 Como Marx põe a questão

Diferente de Engels, que chegou a dizer que a Comuna já não era um Estado no sentido próprio sentido da palavra, Marx fala da necessidade de um Estado mesmo no regime comunista, porém isso não significa que eles tinham opiniões opostas. A diferença é porque Marx e Engels tratam de assuntos diferentes. Enquanto o primeiro fala do desenvolvimento da sociedade comunista o segundo vai tratar dos absurdos falados a respeito do Estado.

O comunismo nasce do capitalismo e Marx põe a questão do desenvolvimento de forma natural, havendo entre o capitalismo e comunismo existe um processo de transição histórica.

5.2 A transição do capitalismo ao comunismo

Esse tempo entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista o Estado não pode ser outra coisa a não ser a ditadura do proletariado. A sociedade capitalista oferece uma democracia dentro de uma perspectiva de exploração de uma minoria, da classe dominante. Ele vai comparar a liberdade da sociedade capitalista como a liberdade da república da Grécia antiga.

Se olharmos os mecanismos eleitorais, assim como as assembleias representativas é possível ver restrições ao princípio democrático, essa restrição resulta na exclusão dos pobres da participação ativa na democracia. Marx então vai perceber que “os oprimidos são autorizados, uma vez a cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e esmagará!” (LENIN, 1978).

A ditadura do proletariado, entre o capitalismo e o comunismo, vai ser a primeira a instituir uma democracia para o povo, esmagando a minoria exploradora. Apenas o comunismo pode tornar o Estado supérfluo, onde não há ninguém sendo coagido (sentido social e não de classe), pois uma das principais causas dos atentados às regras da vida em sociedade é a exploração de classes, condenadas à miséria e privações.

5.3 Primeira fase da sociedade comunista

Para Marx a primeira fase do comunismo é aquela que acaba de sair do capitalismo, e que ainda traz consigo velhos ideais desse modelo capitalista. Essa primeira fase ainda seria incapaz de fazer justiça e trazer igualdade, mas seria capaz de acabar com a exploração dos homens por homens, a propriedade privada, a posse dos meios de produção, das fábricas e da terra. Nessa fase, chamada de socialismo, o direito burguês é parcialmente abolido, ao que a revolução econômica faz da propriedade privada uma propriedade pública.

5.4 Fase superior da sociedade comunista

A condição econômica da extinção do Estado é o próximo passo do comunismo, onde a divisão entre trabalho intelectual e trabalho físico, que é uma das principais causas de desigualdades sociais, desaparecerá.

Ao que se chama de socialismo, Marx vai chamar de primeira fase da sociedade comunista, e na medida em que a propriedade privada e os meios de produção se tornaram públicos, a sociedade passa a ser comunista, porém é um comunismo incompleto.

Quando todos forem capazes de administrar diretamente a produção social e tiverem controle dos “parasitas”(o exército e a burocracia)e outras instituições que guardam as tradições capitalistas será impossível a esse controle. As regras simples e fundamentais de toda a sociedade humana se tornará um hábito. Assim, chegaremos à fase superior do comunismo, e conseqüentemente caminharemos para o definhamento do Estado.

6. AVILTAMENTO DO MARXISMO PELOS OPORTUNISTAS

6.1 Polêmicas de Plekhânov com os anarquistas

Plekhânov vai traçar uma relação entre anarquismo e socialismo, evitando falar sobre as relações das revoluções e do Estado e a própria questão do Estado em si. Em 1905 e 1917 este se comportou de forma semidoutrinária, semi-sofista e ainda ligado a política burguesa. Tentar entender o anarquismo e o socialismo sem levar em consideração o desenvolvimento do marxismo pré e pós-comuna é um erro que leva ao oportunismo.

6.2 Polêmica de Kautsky com os oportunistas

Ao analisar a polêmica com os oportunistas é possível perceber uma tendência sistemática ao oportunismo, precisamente quanto à questão do Estado. Ao escrever “contra” Bernstein, ele apenas faz uma concessão, visto que ao falar “deixar para o futuro, com toda a tranquilidade” não passa de oportunismo. O autor vai trazer várias questões como omissões e respostas escapatórias que Kautsky se utilizou, o que o caracterizou como um oportunista, ainda que estes estivessem sempre os “criticando”

6.3 Polêmica de Kautsky com Pannekoek

Pannekoek partilhava com outros autores que Kautsky oscilava, sem princípios, entre o marxismo e o oportunismo. Ele vai caracterizar algumas ações dele como “radicalismo passivo”, acusando de não querer o sucesso da revolução. Já Kautsky vai refutá-lo usando falta de clareza que Pannekoek possuía em seus discursos. A batalha era travada entre um discurso de oportunismo e um de aparente incerteza.

7. Crítica à obra

Após esse breve resumo, podemos dar início a uma leitura mais crítica da obra abordada e trazer concepções de outros autores sobre o mesmo tema tratado. De tal forma que partimos do pressuposto da tradução do professor Florestan Fernandes, de Lênin, a luz de uma leitura da obra de Marx e Engels sobre a concepção do que é o Estado e de onde ele se

origina, qual é a sua função dentro da evolução da sociedade e até em que ponto sua atuação deve se dar.

Logo de início podemos absorver a concepção de que o Estado nasce da origem da separação social em classes e em subseqüente adotaria o teor político econômico favorável e emanante da classe dominante, uma vez que (nesse fragmento a seguir é uma opinião própria de um dos autores dessa resenha) os representantes legítimos e operadores políticos seriam em massa oriundos da já estabelecida classe dominante, raros casos de políticos advindos das classes subjugadas, ou mesmo classes “médias” que em sua maioria incorporam e agregam ao discurso dominante.

A narrativa segue trazendo a leitura de como é feita a modificação do sentido original da ideia que é expressa na obra de Engels, com único propósito de utilizar o ideal socialista/comunista para dominação daqueles que deveriam ser emancipados e elevados a um patamar de revolucionários.

Essa construção de leitura é amplamente válida e legítima, mas pode ser questionada no sentido de que, após a divulgação de determinada obra o seu sentido é aquele o qual for difundido por seus leitores e nesse sentido uma possibilidade que poderia ter sido adotada seria a de os próprios autores, com a intenção de resguardar e emoldurar os possíveis sentidos que poderiam ser atribuídos à determinada obra, seria a elaboração de um conjunto de obras que diluiriam o que estava implícito anteriormente ou ainda deixarem “aprendizes” que poderiam elucidar e refutar possíveis deturpações acerca do ideal contido na obra.

Em seqüência podemos identificar a concepção da ideia de que o Estado estaria a serviço da ideologia difundida pela classe social dominante econômica e politicamente, em detrimento das classes dominadas, uma vez que os que ocuparem esse segundo plano teriam atrelados a sua realidade a defasagem de serviços e/ou direitos primários garantidos até mesmo pela lei. A leitura segue no que tange a resignação de eclosão de uma luta de classes, mais do que isso, ao passo que o Estado se afastasse da sociedade que fez vital a sua instituição, podemos dizer que o próximo avanço para a maximização da produção seria a igualdade de acesso e distribuição dos meios, fosse de produção ou de emancipação.

O autor apresenta ainda a perspectiva de que o Sufrágio Universal seria mais uma das ferramentas de dominação estatal, partindo do pressuposto de que o acesso (o que na verdade deveria ter sido a luta pela conquista de um direito, tal como se deu na maioria das nações democráticas) a um poder decisório tão grande, seria a manifestação da maturidade política do proletariado e estaria mascarando o caráter opressor que o Estado adota em favorecimento à classe opressora.

Ao passo que nos deparamos com aquilo que é definido por Lênin como: “o definhamento” do Estado e a revolução violenta. O que resumidamente seria o ponto em que o proletariado tomaria posse da força do Estado e começa a transformar os meios de produção e ele mesmo se dissolve como proletariado (o que a meu ver entra em conflito com o ponto exposto anteriormente a respeito do sufrágio universal, de tal forma que a ascensão política do proletariado poderia e pode se dar através da utilização do voto em favor dos representantes legítimos do proletariado, de tal forma que políticas públicas de tomada dos meios de emancipação poderiam ser adotadas com finalidade de flexibilizar e por consequência traria a possibilidade do acesso pela classe oprimida, diferentemente do que prega o ideal exposto por Lênin), haja vista que a sociedade passaria a ser um todo hegemônico e não necessitariam mais da existência do Estado como conciliador das classes antagônicas e que teria um teor emanante da classe opressora.

A dita revolução violenta que Lênin expõe na obra traz a necessidade de comparação com a experiência de infiltração do projeto socialista soviético no Brasil, encabeçada pelo ilustre Luiz Carlos Prestes e narrada com detalhes no Documentário “O Velho – a História de Luiz Carlos Prestes” que demonstra como um ex-militar e representante genuíno da pequena burguesia que fazia uso equivocado, e muitas das vezes propositadamente, da ideologia Marxista pode se identificar e representar fiel e acertadamente as ideias comunistas que viviam em constante conflito com a doutrina capitalista na época.

O *modus operandis* que Prestes viria a adotar teria como alicerces a continuidade da revolução antes liderada por ele, nomeada popularmente de Coluna Prestes, uma vez que Prestes pretendia contar com os tenentes remanescentes daquela revolta. Partindo da ideia de que a revolução somente poderia ser feita com armas em mãos, e a utilização de um ex-militar (ordenada diretamente pelo autor da obra lida, o próprio Lênin) para ser a representatividade, diretamente ordenada pela Terceira Internacional Comunista, e acompanhada de perto por um homem de confiança da liderança soviética.

Após estas exposições, podemos chegar a determinadas conclusões: A primeira delas é a visão de que a dominação da classe que detém o poderio econômico não ocorre unicamente ou exclusivamente através da atuação do Estado para que tal fato ocorra se da, senão, por meio da propriedade privada, da apropriação dos meios de produção e acumulação dos frutos do trabalho alheio. “*O poder da classe dominante não emana do Estado, mas sim do capital e de suas alienações.*” (ROSSI, 2016.)

A segunda conclusão é a de que ao passo em que Lênin traz o conceito de “definhamento” do Estado e a atuação que o proletariado deve adotar em favor dessa

condição, o próprio autor se esquece de explorar a questão da extinção do trabalho assalariado, uma vez que essa condição de trabalho é intrínseca a atuação estatal seja ela capitalista e até mesmo no estado socialista, de tal modo que não há de existir tal condição na ausência de Estado comunista, o que levanta a questão sobre de que forma se daria a superação desse fator estatal.

Já a terceira é a de que a obra deixa algumas lacunas (que poderiam ter sido supridas com o prosseguimento da construção da obra por possíveis aprendizes dos autores) que são questionadas e utilizadas como incoerências e falácias por aqueles que buscam deslegitimar essa ideologia. Assim sendo, podemos concluir que a obra de Lênin é extremamente importante no que diz respeito à personificação da ideologia de Marx e Engels, além da sua clara interpretação, que foge da utilização que a pequena burguesia outrora havia atribuído aos ideais comunistas.

Referências bibliográficas

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 1894.

ENGELS, Friedrich. Crítica do projeto do programa de Erfurt. **NeueZeit**, AnoXX, 1901-1902, vol. I. p.8.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução(1978)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista, prefácio à edição alemã de 1872**.

Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/prefacios.htm>>

ROSSI, Rafael. Notas sobre “o estado e a revolução”. **Revista eletrônica arma da crítica**, Fortaleza, n. 7, dez. 2016.

YOUTUBE. **O velho – a história de Luiz Carlos Prestes**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=1u02uqmk6ek>>. Acesso em: 18 abr. 2018.